

O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NA REGIÃO DE NOVA ALTA PAULISTA¹

Ana Victória Vieira Martins Monteiro²
Nilce da Penha Migueles Panzutti³
Celma da Silva Lago Baptistella⁴

1 - INTRODUÇÃO ¹

Este trabalho analisa as transformações que a modernização agrícola promove nas estruturas da produção e sindical, partindo do pressuposto de que o sindicalismo de trabalhadores rurais deve ter como natureza a representação das categorias sociais que vivem do trabalho no campo, colocando-se como um canal de condução e expressão de suas lutas.

O sindicalismo, enquanto representação dessas categorias sociais, sofre inexoravelmente os reflexos do processo de modernização. A mudança na estrutura produtiva impõe a necessidade de alterar a dinâmica de trabalho dos sindicatos. O surgimento de novas categorias de trabalhadores rurais amplia o universo de representação, criando heterogeneidade e especificidade de problemas que requerem tratamentos também específicos.

A heterogeneidade no campo que é marcante com o surgimento de novos movimentos e organizações - Movimento dos Sem Terra (MST) e o Associativismo de Pequenos Produtores - conduz à discussão sobre a natureza da representação e das entidades representativas. Impõe-se assim a existência de novos projetos sindicais que atendam às necessidades emergentes.

Face a esse panorama, esta pesquisa tem por objetivo realizar um diagnóstico do Sin-

dicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) da região da Nova Alta Paulista que permita avaliar a atuação quanto à estrutura, projetos e programas de trabalho.

A hipótese geral, que norteia as análises, é a de que as transformações da agricultura alteraram profundamente as formas de representação e atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Este artigo expõe inicialmente um panorama dos reflexos da modernização agrícola no sindicalismo rural, procurando mostrar em que contexto este se coloca no correr das últimas décadas, bem como, busca explicações para as alterações promovidas principalmente para aquele contingente de trabalhadores expropriados dos meios de produção.

Com o intuito de mostrar o processo da luta sindical, apresenta-se um apanhado do movimento das Ligas Camponesas até os dias atuais, passando pelos momentos cruciais da sociedade brasileira.

Aspectos sócio-econômicos que conferem especificidade à atuação sindical da região são alinhavados mostrando que as transformações locais ocorridas se inserem no movimento do desenvolvimento capitalista mais amplo.

Dentre as questões que conduzem as análises aqui apresentadas estão: Que estrutura mantém os sindicatos da Nova Alta Paulista hoje? Os programas e projetos estão relacionados às demandas de suas bases? Que transformações na produção agrícola são responsáveis pelas alterações sindicais na Nova Alta Paulista? Que categorias de trabalhadores os sindicatos representam hoje? O assistencialismo ainda predomina? O sindicalismo rural da região pode ser considerado um canal eficaz de representação?

2 - MODERNIZAÇÃO E SINDICALISMO RURAL

A modernização da agricultura com o aumento da mecanização e a concentração da terra reduz a utilização de homens e mulheres

¹Trabalho integrante do projeto SPTC 16-016/93. Os autores agradecem a valiosa contribuição de Ana Rosa Camilo Aguiar, dos sindicalistas José Luiz das Chagas, Francisco José da Silva, Paulo Ayamada, Antônio Favero, Paulo Mariano, Santo Cardoso de Sá, José Barcello e Almerindo Spólito Gonçalves e dos Assistentes Técnicos de Pesquisa João Edson Faria de Oliveira e Sergio José Seta.

²Geógrafa, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Socióloga, MS, Doutoranda em Ciências Sociais no IFCH-UNICAMP, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Socióloga, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

no campo e promove a expulsão de trabalhadores rurais, reduzindo a quantidade de terra ocupada por parceiros e pequenos produtores.

Em ritmos e intensidades diferentes nas diversas regiões do País, com a separação entre o espaço produtivo e reprodutivo, surge um contingente de trabalhadores que migra para as cidades onde vai constituir um segmento de trabalhadores expropriados dos meios de produção bastante heterogêneo, em nível dos interesses em torno dos quais possam organizar suas reivindicações.

Essas reivindicações podem se desenvolver em função: a) da permanência na terra ou contra a concentração dela - aqueles que deixaram de ser produtores recentemente; b) contra as agroindústrias ou produção integrada⁵ que elevam o patamar de exigência tecnológica da produção tornando-a inacessível a determinados segmentos de produtores; c) do controle do processo de trabalho - aqui se encaixam aqueles trabalhadores expropriados que já se assalariaram, isto é, vivem exclusivamente da venda de sua força-de-trabalho e têm interesses na melhoria das condições de vida e de trabalho.

O desafio fundamental do sindicalismo rural hoje é a representação da heterogeneidade que caracteriza os trabalhadores no campo. A complexa diversidade de interesses e reivindicações coloca em cheque inclusive a possibilidade de construção de uma identidade. A definição de uma bandeira comum sob a qual possa ser formulado um programa de luta política é extremamente difícil nessas condições.

Com o processo de modernização da agricultura e a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), fortalecem-se os proprietários e os sindicatos, vêem-se na contingência de ampliar suas bases de filiação para além da concepção anterior de trabalhador rural, incluindo em seus quadros aqueles cuja especialidade é operar máquinas. Na nova conjuntura da agricultura tecnificada, trabalhadores com especialização, tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas passam a ocupar importante papel no processo produtivo assim como nas lutas conjuntas com os demais assalariados rurais.

Enquanto aos trabalhadores assalariados - volantes, motoristas, operadores de máqui-

nas, empregados diversos - interessa a discussão do preço da jornada, do controle do processo de trabalho, melhores condições de vida e o acesso à terra; para outros, como os que ainda detêm os meios de produção - pequenos produtores, arrendatários, parceiros - interessa uma política agrícola com créditos que atendam às suas necessidades de reprodução social.

Nessa diversidade, torna-se difícil uma reivindicação unificadora. A Reforma Agrária, por exemplo, não interessa tanto a alguns grupos de assalariados rurais que se preocupam mais com o controle do processo de trabalho, do que com o retorno à terra enquanto produtores, pois muitos já estão de há muito distanciados dela, é o caso de segundas e terceiras gerações de assalariados rurais de várias regiões. Acrescente-se ainda o fato de que não basta a terra para produzir.

A modernização agrícola impõe exigências de um padrão tecnológico e de mercado para a produção que nem sempre está ao alcance de todos os produtores. Essa luta, porém, é de fundamental importância para outros grupos de expropriados, que inclui principalmente aqueles com vínculos mais recentes com a terra, muitas vezes sem experiência em trabalhar nos moldes do mercado, impostos pela modernização.

A luta pela organização e mobilização social dos trabalhadores no campo data de 1945 com as primeiras Ligas Camponesas - criadas pelo Partido Comunista (PC) - e que tinham como objetivo obter a sindicalização ou o reconhecimento legal de existência.

A década de 50 foi marcada pela mobilização dos trabalhadores na cidade e no campo e os trabalhadores rurais, sempre marginalizados da vida política, desenvolvem, nesse período, intenso processo de mobilização em torno da Reforma Agrária e pelo direito à sindicalização e direitos que regulamentem as relações de trabalho.

Ressurgem no cenário político as Ligas Camponesas apoiadas e fortalecidas por partidos de esquerda como o PCB e o Partido Socialista. No decorrer desse período radicalizam-se as suas propostas em torno da Reforma Agrária, afastando-as desses partidos. Esse afastamento, associado às disputas internas entre as diferentes correntes, fragmenta e enfraquece as Ligas na década seguinte, quando são criados também diversos sindicatos rurais pela Igreja Católica, para fazer frente aos criados pelos partidos políticos.

⁵Conforme ALVES (1991) é a produção agrícola que tem elevada dependência dos insumos fornecidos pela indústria.

Os sindicatos rurais, por sua vez, ampliam o confronto com proprietários rurais lutando por direitos trabalhistas, greves, negociações coletivas, além da reivindicação de Reforma Agrária. Nesse momento verifica-se uma conjuntura de fortalecimento das forças populares.

A legalização dos sindicatos, entretanto, só foi conseguida através de processos judiciais quando a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) consegue registrar 52 sindicatos. Até então a legislação recusava aos trabalhadores rurais o direito de associação. A ULTAB, fundada em 1954 - também ligada ao PC, apoia os trabalhadores rurais e organiza greves, encontros e congressos. Publica o jornal Terra Livre que em fins dos anos 50 tem uma tiragem de 60.000 exemplares.

A década de 60 foi especialmente propícia à criação de sindicatos, pois iniciam-se em todos os estados mobilizações em torno da regulamentação do trabalho na agricultura e o questionamento sobre os direitos de associação. Marca o avanço do capitalismo no campo e a intensificação do processo de expropriação camponesa. Paralelamente se dá o debate, em âmbito nacional, sobre os direitos dos trabalhadores rurais, proporcionado por intensa mobilização, tensões e conflitos no jogo das forças sociais.

É nessa conjuntura histórica que é conquistado o direito de sindicalização do trabalhador rural, apesar de se obrigar ao cumprimento das normas legais e ao padrão estatutário do Ministério do Trabalho. Nesse enquadramento, o sindicato deve, além de ter uma estrutura verticalizada e hierárquica, desempenhar o papel de mediador entre capital e trabalho, assim como, entre trabalho e Estado. A este último cabe a função de administrar as relações de trabalho. Representar as categorias profissionais junto ao governo e administrar a assistência social, de acordo com as novas regras, são também atribuições dos sindicatos.

Em 1963 o movimento dos trabalhadores rurais se organiza e é criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com o objetivo de conduzir o projeto de reforma agrária dos trabalhadores rurais. Nesse mesmo ano é conquistado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que assegura aos trabalhadores rurais o direito à posse de carteira profissional, jornada de trabalho regularizada, direito ao salário mínimo, repouso semanal

remunerado, férias remuneradas e direito à sindicalização. Além disso, é instituído o Fundo de Assistência e Previdência Rural (FUNRURAL). Ainda em 1964 é criado o Estatuto da Terra, que estabelece as diretrizes para uma política agrária e para a Reforma Agrária.

Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra estão alicerçados na ambigüidade caracterizada pela luta contra a concentração da terra, isto é, contra uma forma de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Os movimentos sociais no campo configuram conquistas dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que reforçam a propriedade da terra como uma relação jurídica que se consolida através da ação do Estado (BASTOS, 1983).

O período de democratização, entretanto, tem vida breve advindo logo o Golpe de 64, desarticulando e proibindo as Ligas Camponesas e promovendo a intervenção dos sindicatos. Através da intervenção, o Estado mantém os sindicatos sob controle, passando a ter um caráter assistencialista e a desempenhar o papel de instrumento estatal de imposição dos programas oficiais aos trabalhadores.

Através do PRO-RURAL, em 1971, o Estado estende a Previdência Social para o campo e transforma os sindicatos dos trabalhadores rurais em órgãos de colaboração na implantação e execução de programas assistenciais. Com isso amplia-se o número de associados bem como o número de sindicatos.

Somente no final dessa década é que o movimento sindical ressurgiu com propostas para uma atuação de caráter político e não assistencial e previdenciário, mas um órgão de representação dos trabalhadores rurais.

Alguns autores vêem no assistencialismo dos sindicatos desse período uma forma de manutenção da organização sindical da estrutura e funcionamento, que embora burocrática e administrativa, de atendimento permanente assistencial, mantém os trabalhadores próximos aos sindicatos (VICENTE et al., 1993).

MALAGODI (1989), no entanto, aponta outros aspectos, encara o assistencialismo que caracterizou os sindicatos após o Golpe de 64 como uma estratégia de dominação elaborada a partir da experiência com o movimento sindical urbano, adaptando-a às especificidades do trabalhador rural. Essa estratégia consistiu em colocar à frente dos sindicatos diretorias burocratizadas e identificadas com os interesses do governo, tomando

decisões hierarquizadas em que a diretoria decide todas as questões sem consultar o conjunto dos associados e prestando contas somente às Delegacias do Ministério do Trabalho.

Nesta *performance* sindical, a diretoria é zeladora do perfeito entrosamento do Sindicato com os órgãos do governo, autoridades locais e patrões. Instala-se, conforme o autor, uma atuação sindical baseada no esvaziamento político, absorvendo a prática sindical com serviços administrativos e assistenciais. Neste contexto, a importância do papel da liderança sindical desloca-se para os profissionais contratados ou encarregados do serviço ambulatorial e assistencial, com todo o desdobramento que essa mudança implica inclusive em nível da alocação de recursos financeiros.

Como uma forma de controle dos sindicatos dos trabalhadores rurais, o assistencialismo se apoia no controle jurídico, no clientelismo e nos serviços assistenciais e previdenciários prestados. Mas, instalada a *performance* assistencial, não demora muito a apresentar sua insuficiência e deficiência. Convênios são suprimidos ou esvaziados e passam a se avolumar questões propriamente trabalhistas e de lutas das categorias - política agrícola, luta pela terra, luta por salário, questões relativas a desapropriações para construção de barragens e açude ou situações geradas por catástrofes climáticas. A própria politização do movimento sindical dos trabalhadores rurais se soma aos outros fatores contra o assistencialismo. Diante desse quadro, é que se reinstala a perspectiva da representação sindical como meta dos trabalhadores rurais dentro do movimento (MALAGODI, 1989).

Mesmo com as limitações impostas pelos governos autoritários, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) se mantém na luta que passa a se dar em torno das questões tecnológicas que afetam as condições de vida e trabalho dos agentes sociais diretamente envolvidos na produção agrícola.

Contando com o apoio de setores progressistas da Igreja são reabertos alguns sindicatos que haviam sido fechados, organizadas Federações e suspensas algumas intervenções. Intensifica-se a expansão do MSTR por todo o País. O Estado passa a ser alvo de cobranças quanto à sua conviência e omissão face ao descumprimento da lei por parte dos proprietários rurais. São questionados os projetos de desenvolvimento do governo, a política agrária e agrícola. Denuncia-se a concentração fundiária

como uma das causas da expulsão dos trabalhadores da terra e a intensificação da exploração econômica da mão-de-obra rural. A busca de uma solução coletiva baseada na organização de base e mobilização das massas se coloca como o marco mais importante da década de 70, e a Reforma Agrária é recolocada como pressuposto de democratização da sociedade.

No final desse período, o MSTR reorienta seus rumos reforçado por uma conjuntura política nacional cujo regime ditatorial já dá mostras de esgotamento. Anuncia-se uma abertura política com a atuação de amplos setores da sociedade, campanha pela anistia, o movimento contra o custo de vida, a emergência do novo sindicalismo de base e articulação nacional do movimento sindical e dos movimentos populares.

A estrutura vertical do sindicalismo passa a ser utilizada em prol dos próprios trabalhadores, no sentido de colocar em prática as decisões tomadas em Congressos, assim como articular formas de pressão.

Em estudo sobre as percepções e ações desse movimento sindical, TEIXEIRA (1989) analisa as mudanças ocorridas com a modernização tecnológica da agricultura. Constata a consciência dos trabalhadores para com os desdobramentos dessas alterações. Dessa forma, trabalhadores organizados na CONTAG denunciam o alto preço dos insumos a acarretar o aumento nos custos de produção e preços dos produtos agrícolas, além da toxicidade decorrente de sua utilização causando danos à saúde do trabalhador. Denunciam também o controle das multinacionais sobre a produção e comercialização. As propostas dos trabalhadores se encaminham no sentido de obter do Governo: a) uma atuação efetiva no sentido de um controle nos preços e qualidade, uso de insumos e demais produtos agrícolas e b) fornecimento de máquinas e implementos agrícolas mediante o pagamento de taxa de manutenção e diversas medidas de proteção aos trabalhadores e ao meio ambiente contra os efeitos nocivos dos agrotóxicos.

Trabalhadores rurais passam a se preocupar com a divulgação de informações sobre os novos processos tecnológicos e com a educação do trabalhador como condição necessária à obtenção de novas condições quanto às normas de preparo e aplicação de agrotóxicos e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI).

Tanto que, conforme TEIXEIRA (1989), em Pernambuco, na década de 80, o MSTR conquista alguns direitos como assistência am-

bulatorial e obrigatoriedade das usinas e empregadores celebrarem convênios com clínicas e hospitais, além do pagamento de salário insalubridade. Já no Rio Grande do Sul, onde predominam pequenos produtores, o processo de assimilação e adoção das tecnologias é mais bem recebido mesmo com seus efeitos "colaterais", por entenderem como necessário ao desenvolvimento, além de conferir *status* semelhante ao dos produtores de maior porte.

Em São Paulo, na região de Leme, a adoção de novas tecnologias na duas últimas décadas é entendida como benéfica por mulheres produtoras de algodão. Os efeitos nocivos dos inseticidas e pesticidas verificados através dos "envenenamentos" detectados são encarados como um "mal necessário" (PANZUTTI, 1992).

A utilização dos agrotóxicos e as questões salariais na década de 80 foram as duas questões fundamentais do Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em São Paulo, empreendendo lutas de caráter político, econômico e ideológico, materializadas nas ações judiciais movidas (TEIXEIRA, 1989).

Com a Nova República (1985), após 21 anos de Regime Militar criam-se grandes expectativas em relação ao Estado, primeiro, pela criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); segundo pelo fato dos órgãos do aparelho do Estado serem ocupados por quadros da esquerda.

O MSTR se coloca em compasso de espera e muitas das propostas relativas a projetos de ação e formação sindical foram abandonados. Campanhas salariais transformam-se em encaminhamentos burocráticos administrativos. Arrefece-se a atuação dos Sindicatos. Os sindicatos deixam de mobilizar suas bases e não têm o apoio necessário das Federações nos movimentos reivindicatórios e de contestação das políticas oficiais (MINAS GERAIS, 1987).

O assistencialismo hoje ainda está muito presente nos sindicatos dos trabalhadores rurais, assim como a ambigüidade, justamente pelos desdobramentos do desenvolvimento capitalista no campo que, ao subordinar a terra ao capital, atinge de forma diferenciada o camponato. Não é por outra razão que os sindicatos têm dificuldades em representar seus filiados e sua considerável diversidade de interesses.

A inorganicidade que caracteriza o sindicalismo rural se deve, em parte, à diferen-

ciação interna existente: pequenos proprietários, parceiros, colonos, arrendatários, assalariados permanentes e assalariados temporários; e pela manutenção do atrelamento dos sindicatos ao Estado que inibe as manifestações políticas de seus representados (BASTOS, 1983).

3 - A NOVA ALTA PAULISTA

A Nova Alta Paulista, região desbravada no final da década de 30, teve sua ocupação iniciada com culturas temporárias - algodão e amendoim - passando posteriormente à plantação da lavoura de café.

O café tornou-se durante algumas décadas a principal atividade da região, contando com a mão-de-obra de imigrantes italianos e japoneses. As excelentes condições de competitividade no mercado internacional promoveu na região grande prosperidade econômica, principalmente no período compreendido entre 1960 até meados de 1970. A cultura do café fixou considerável contingente humano na área rural, dada a grande demanda de trabalho que a atividade requeria.

Após a década de 70 dentro da conjuntura nacional e internacional verifica-se acentuação do declínio da lavoura cafeeira. Com a falta de recursos para novos investimentos e a diminuição da fertilidade do solo, observa-se queda expressiva da produtividade e rentabilidade. A infestação de nematóides também contribuiu para o declínio dessa plantação.

Desmotivados, os produtores substituem progressivamente as lavouras por culturas de subsistência e/ou pastagens. Os agricultores de pequenas áreas acabam vendendo suas propriedades e transferindo-se para as cidades onde passam a vender sua força-de-trabalho. Grande parte se transforma em boias-frias das grandes e médias propriedades rurais.

Os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem verificar que entre 1975 e 1985 houve na região uma queda significativa da área de cultura permanente e aumento da área de culturas temporárias na grande maioria dos municípios da região.

Na década de 80, com a crise da cultura do café, observa-se na região um aumento sensível da área cultivada de outros produtos: algodão, milho, feijão e cana, segundo dados de FÓRUNS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE DRACENA (s.d.), e um agravamento

do desemprego que leva à migração da população para as cidades em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

Os contínuos preços baixos intensificaram o processo de erradicação do café no Estado, com redução na área de 1991/92 (445,2 mil ha) para 1992/93 (315,7 mil ha) e para 1993/94 (286,5 mil ha). A crescente utilização das capinas motomecanizadas e de herbicidas químicos no trato dos cafezais é fator que reduz, em regra, a necessidade do emprego de mão-de-obra durante o ano todo.

A região tem característica de baixa renda a qual se eleva em função da presença ou não de indústrias nos diversos municípios. Trabalhadores não qualificados continuam a trabalhar no campo como bóias-frias em precárias condições sociais: habitações inadequadas, sem saneamento básico, com altas taxas de evasão escolar, alto grau de analfabetismo e mortalidade infantil. Em 1989 estes foram estimados em 17.100 em toda região. Nesse mesmo ano, a ocupação do solo se distribuía em 63,3% em pastagens, 5,9% em café, 3,5% em milho, 2,8% algodão, 1,8% feijão e 2,0% cana (FÓRUNS, s.d.).

Nos municípios que têm como principais atividades econômicas a indústria e a pecuária, os migrantes enfrentam as mesmas condições precárias que se agravam no período da entressafra agrícola. As agroindústrias da região são bastante diversificadas. Processam e beneficiam café, arroz, algodão, frutas, amendoim, carne e leite. A diminuição de agroindústrias em período recente (1989-93), conforme VEGRO & CARVALHO (1995), ocorre em função de um processo regional de reorganização da agroindústria em que a maior oferta de matérias-primas, isenção fiscal, baixos custos com a contratação e mão-de-obra e existência de infra-estrutura básica atraem agroindústrias para um ou outro município.

A falta de perspectivas de melhora na conjuntura cafeeira apontam na região para a erradicação de cultivos e/ou substituição por culturas de subsistência, hortigranjeiros e pastagens. Essas transformações, fatalmente, refletem-se na demanda de mão-de-obra, condições de emprego e produção de pequena propriedade. As condições de sobrevivência de expressiva parcela da população que se constitui na mão-de-obra ocupada no campo - volantes, pequenos proprietários, parceiros, arrendatários - neste contexto passa a ser ameaçada.

4 - METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho impôs a necessidade de levantamento de dados quantitativos e qualitativos. A coleta destes foi realizada entre 1993 e 1994, sendo que as entrevistas foram efetuadas no segundo semestre de 1994.

A escolha dessa região específica para realização da pesquisa sobre sindicalismo de trabalhadores rurais foi motivada por quatro fatores fundamentais: a) pela diferenciação existente entre essa região e aquelas cujos processos de mecanização e modernização da agricultura estão consolidados. Nestas as transformações das relações de trabalho e suas conseqüências já alteraram o quadro de atuação dos STRs; b) pela caracterização da Nova Alta Paulista como uma das regiões pobres do Estado de São Paulo, cuja crise mais geral ganha destaque regional pela perda de contingente populacional. Dados do IBGE apontam para o fato de que a migração rural urbana entre 1975 e 1985 foi acentuada, coincidindo com a queda de área plantada com café na região e é essa população que novamente migra por falta de trabalho nos municípios da Nova Alta Paulista (CENSO AGROPECUÁRIO, 1985); c) pela necessidade de compreender, na atual conjuntura, os caminhos que têm sido trilhados pelo movimento sindical frente a um momento de crise em uma região onde a heterogeneidade de lutas, que cabem aos STRs encaminhar, aflora; d) por haver na instituição um grupo de pesquisadores se dedicando a estudar mais profundamente a região, o que permitiu um debate mais rico para a formulação do projeto de pesquisa.

A partir de uma revisão das informações da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) sobre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo e as questões que se colocam na região da Nova Alta Paulista, procurou-se identificar e compreender o arranjo e a organização dos STRs na região.

Como os informes oferecidos pela FETAESP estavam desatualizados, na época da pesquisa, foi necessário realizar dois tipos de levantamentos. O primeiro, com a finalidade de realizar um censo, onde a preocupação calcava-se em atualizar os dados quanto aos municípios que tinham STRs e, ainda, identificar suas bases territoriais, quantidade de sindicalizados, categorias de trabalhadores filiados, estrutura e infra-estrutura

sindical na qual se baseavam. Procurou-se também detectar quais os problemas e programas de trabalho que estavam sendo desenvolvidos na época e as formas de organização adotadas.

Após atualizar as informações dos STRs da região e do conjunto da tipologia e valor da produção dos municípios levantados junto aos informes do IBGE de 1975, 1980 e 1985, realizou-se outro levantamento para o qual foi elaborado um questionário mais detalhado aplicado aos dezoito STRs da região. Desse questionário extraíram-se informações sobre a fundação de cada STR, mudanças de diretoria, participação dos sindicalizados, filiação do STR, estrutura interna, forma de organização de trabalhos com as várias categorias, predominância das categorias: na direção do STR, entre os sindicalizados e na base territorial, visão dos problemas e atuação por categoria, fonte de recursos e organização das despesas.

Posteriormente, elaborou-se uma amostra intencional dos STRs com critérios de escolha que abarcassem a diversidade da realidade sindical regional. Foram consideradas informações relativas a diferenciações locais, de atuação e localização dos STRs.

As informações foram consideradas quanto:

1) especificidades locais:

- diversidade de tamanho de base territorial, buscando representar tanto os de base formada por apenas um município, até o de maior base (Dracena com oito municípios);
- domínio de uma e/ou outra categoria de trabalhadores rurais entre os sindicalizados;
- maior presença de uma e/ou outra categoria de trabalhadores na base territorial e
- os diferentes níveis de infra-estrutura montada pelos STRs.

2) forma de atuação:

- os diferentes níveis de importância apontados para a prestação de serviços e assistência médica;
- a relevância maior ou menor da atuação do presidente do sindicato (presidencialismo) e
- as formas diferenciadas das propostas de organização frente à crise do café.

3) localização:

- buscou-se aliar estes critérios apresentados à localização dos municípios nas porções leste, oeste e central.

Do universo de 41 municípios com 18

STRs foram escolhidos para amostra 8 STRs que são: **STR de Dracena** com base territorial em Dracena, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Panorama, Ouro Verde, Paulicéia, Santa Mercedes e São João do Pau D'Alho; **STR de Junqueirópolis**; **STR de Parapuã** com base territorial em Parapuã, Osvaldo Cruz, Sagres e Salmourão; **STR de Tupi Paulista**; **STR de Tupã** com base territorial em Tupã, Iacri, Herculândia e Rinópolis; **STR de Oriente**; **STR de Vera Cruz** e **STR de Garça** com base territorial em Garça, Álvaro de Carvalho, Alvilândia e Lupércio (Figura 1).

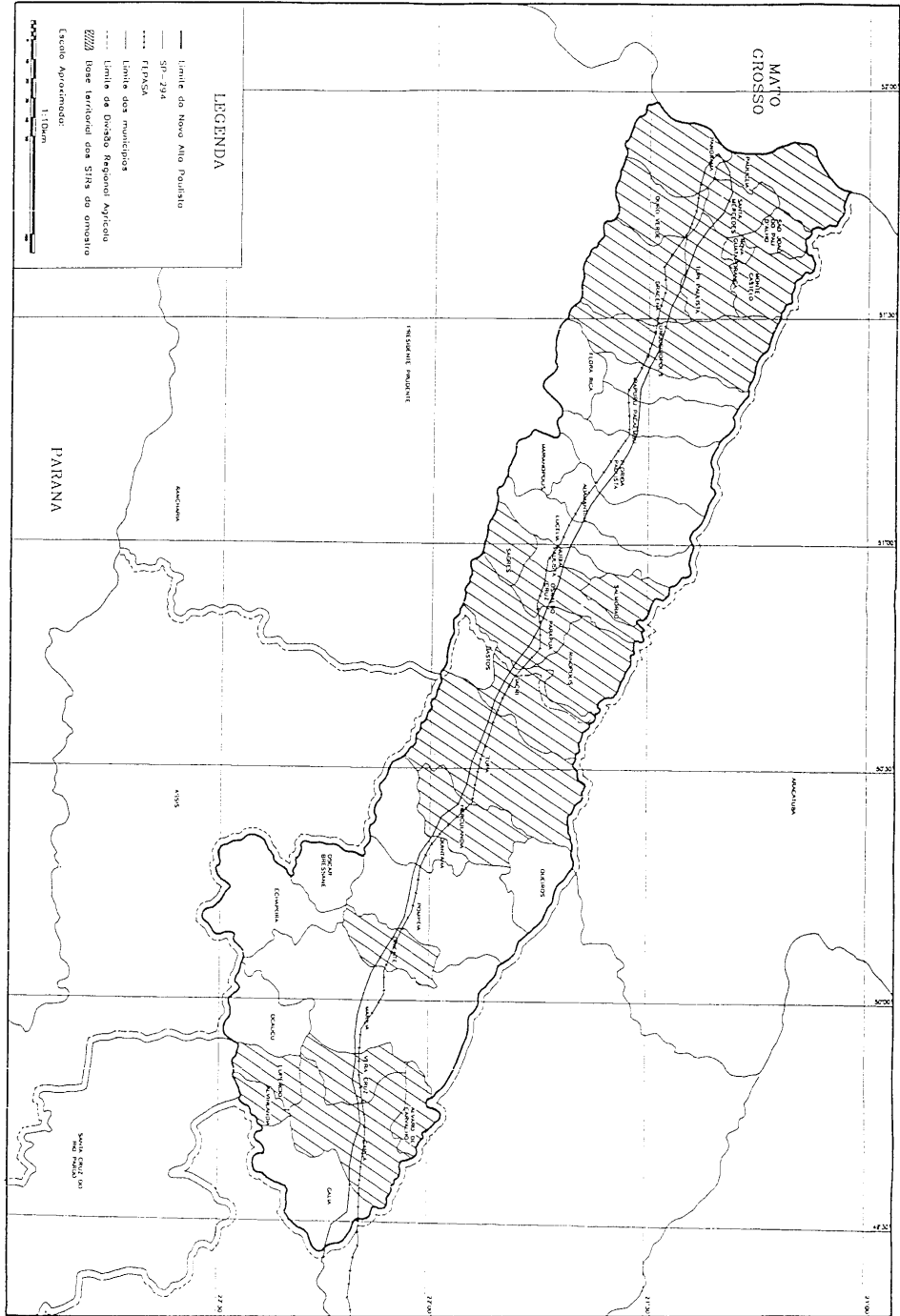
Roteiros de entrevistas específicos contendo dados quantitativos e qualitativos foram elaborados para propiciar um maior aprofundamento das diversas realidades sindicais com os seguintes tópicos: 1) História do STR, 2) STR Hoje, 3) Base Territorial, 4) Organização do STR e 5) Questões Específicas dos Municípios. Os dados assim obtidos foram cruzados com as informações anteriormente colhidas nos questionários.

Às análises das informações, obtidas junto aos STRs, incorporaram-se dados sobre o número da população trabalhadora nas DIRAs de Presidente Prudente e Marília e os respectivos salários rurais, constantes dos levantamentos de Estimativas de Safras Agrícolas (Objetivo - por amostragem por imóveis rurais) para população trabalhadora e Preços Correntes (Subjetivo - censo das Casas de Agricultura) para os salários rurais.

5 - AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS - PROCESSO DE FORMAÇÃO E ESTRUTURA

A grande maioria dos STRs da região foi fundada no início da década de 60 (1962 e 1963), após o reconhecimento do direito à sindicalização do trabalhador rural pelo Ministério do Trabalho. Desta forma, enquadraram-se à estrutura vertical e hierarquizada estabelecida pelo Estado, como foi referido anteriormente.

A formação de vários STRs na Nova Alta Paulista nesse período se deve à atuação e apoio da Igreja Católica e à atuação das lideranças locais.



Na região da Nova Alta Paulista, exis-tem 18 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Com a realização do levantamento de campo foram atualizadas as informações sobre as mudanças de extensão de base sindical. Os STRs da região são os seguintes: **Adamantina**, com base territorial em Adamantina, Marianópolis, Lucélia e Inúbia Paulista; **Bastos** com base territorial em Bastos; **Dracena**, com base territorial em Dracena, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Panorama, Ouro Verde, Paulicéia, Santa Mercedes e São João do Pau d'Alho; **Echaporã** com base em Echaporã e Oscar Bressane; **Florida Paulista** com base territorial em Florida Paulista; **Gália** com base territorial em Gália; **Garça** com base territorial em Garça, Álvaro de Carvalho, Alvilândia e Lupércio; **Irapuru** com base territorial em Irapuru; **Junqueirópolis** com base territorial em Junqueirópolis; **Marília** com base em Marília e Ocaçu; **Oriente** com base territorial em Oriente; **Pacaembú** com base territorial em Pacaembú e Flora Rica; **Parapuã**, com base territorial em Parapuã, Osvaldo Cruz, Sagres e Salmourão; **Pompéia** com base territorial em Pompéia e em Queiroz (fase de estudo); **Quintana** com base territorial em Quintana; **Tupã** com base territorial em Tupã, Iacri, Herculândia e Rinópolis; **Tupi Paulista** com base em Tupi Paulista e **Vera Cruz** com base territorial em Vera Cruz.

A Tabela 1 apresenta de forma sucinta as informações obtidas no levantamento para o universo amostral eleito e sobre as quais se trabalhou.

A reconstituição do processo de fundação dos STRs da região permitiu compreender a atual formação e organização dos sindicatos da região. A existência de grupos opositores no início da década de 60 foram narradas por três presidentes de sindicatos, sendo que, ao final, a estrutura montada de acordo com as determinações legais se estabeleceu nesses municípios.

"Teve até mandato de prisão para indivíduo do movimento sindical oponente ... o outro sindicato era visto como mais abrangente. Algo tipo Liga Operária, onde tanto trabalhadores urbanos quanto rurais faziam parte" (Almerindo Spólito Gonçalves - STR de Garça).

"Tava aquele fervor ... existia o círculo operário e faltava organizar o campo ... montou-se então uma associação. A igreja participou do processo e continuou ligada ao sindicato por um tempo ... Com o AI 5, tudo passava pelo Ministério do Trabalho, que fiscalizava os sindicatos ... na época tinha aqui (no município) uma liga

camponesa, sindicato do PC do B. Em 64 a polícia bateu lá e prendeu todo mundo ... O STR foi fundado pela igreja e a liga camponesa tinha parte política" (José Barcello - STR de Vera Cruz).

"Naquele período de transição da revolução de 63/64 fundou-se um sindicato e tinha um grupo na frente aí que eu não conheço bem o que era esse grupo, e, então saiu em 65 a carta sindical, então criou uma reestruturação desse sindicato de trabalhadores rurais ... em 63 foi sindicato dos produtores autônomos na lavoura ... a partir de 66 que nós reestruturamos este sindicato" (Antonio Favero - STR de Dracena).

Entre os STRs fundados nesse período, o de Junqueirópolis foi organizado por um político local e reenquadrado às normas legais em 1978, através de uma intervenção da FETAESP.

Após esse primeiro período, foram criados os sindicatos de Tupã, que surgiu com apoio de membros da direção da FETAESP, em 1976, o de Parapuã, que foi organizado por meeiros do café em uma situação de agravamento da "crise do café" em 1985 e o de Tupi Paulista, que foi criado com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1984, para sua criação foi realizado um desmembramento da base territorial do STR de Dracena.

Nos STRs de Garça, Tupã, Oriente e Tupi Paulista, a presidência do sindicato é exercida por dirigentes que participaram da direção até três gestões. Nos outros STRs, a presidência é exercida por pessoas que participaram de todas as gestões, desde a criação dos sindicatos (com exceção de uma gestão para os presidentes dos STRs de Parapuã e Junqueirópolis). Ficou claramente caracterizado o presidencialismo, principalmente nos STRs onde o dirigente sindical está afastado por muito tempo das atividades cotidianas enquanto trabalhador rural. Muitos, em função disso, deixam de ter identidade com sua categoria, passando apenas a ser presidente de sindicato.

A inexistência de outros diretores liberados para trabalho no sindicato acentua uma situação propícia à centralização das decisões nas mãos do presidente, pois este é quem detém e tem sedimentado o conhecimento da estrutura dos STRs. Desta forma, a direção pode vir a atuar como mera burocracia da estrutura sindical.

TABELA 1 - Estrutura e Organização dos STRs da Nova Alta Paulista, 1994

(continua)

Estrutura	Tupi	Parapuã	Tupã	Dracena
Base (n. mun.)	1	4	5	8
Data da fundação	1984	1985	1976	1962
N. gestões da diretoria	3	4	2	todas
Organizações (delegacias, comissões e secretarias)	-Com. assal. -Com. p. prod.	não há	3 delegacias	1 delegacia
N. sindicalizados	500	700	430	10920
N. sindicalizados em dia	120	100	350	3500
Estrutura	-Sede própria (precária)	-Sede emprestada da prefeitura -Carro -Telefone	-Sede própria -Carro -Consultórios -Depto de aposent.	-Sede própria -Carro -Consultórios
Assistência	-Despachante	-Jurídica (aposentadoria)	-Jurídica -Despachante -Assessoria p/ aposentadoria	-Médica -Odontológica -Jurídica -Despachante
Despesas -Adm. -Org.	80% 20%	70% 30%	70% 30%	70 a 80% 20 a 30%
Predomina entre os sindicalizados	Emp. perm. Peq. prod. Bóia-fria	Bóia-fria Emp. perm. Parc./meeiro	Bóia-fria - -	Peq. prod. Bóia-fria -
Predomina na base	Emp. perm. Peq. prod. Bóia-fria	Bóia-fria Emp. perm. Peq. prod.	Bóia-fria Arrendatário Peq. prod.	Peq. prod. Bóia-fria -
Predomina na direção do STR	Emp. perm. Peq. prod. Arrend.	Meeiro/parc. Emp. perm. Peq. prod.	Bóia-fria Arrendatário Peq. prod.	Peq. prod. Bóia-fria -
Maior atuação	Emp. perm. Peq. prod. Bóia-fria	Emp. perm. Bóia-fria Peq. prod.	Bóia-fria Peq. prod. -	Todos igualmente
Opção de atuação	Por ter maior n. de trabalhadores	Maiores prob. previdenciários e de direitos trabalhistas	-Maior participação. Os demais são coagidos a não participar	-
Problemas dos pequenos proprietários	-Comercialização - preços -Preços de insumos -Trabalho isolado	-Falta de técnico (Agron.) -Orientação para diversificar a lavoura	-Preço baixo dos produtos agrícolas -Falta de política agrícola -Custos elevados	-Preço baixo dos produtos agrícolas -Financiamento -Falta de política agrícola
Problemas dos assalariados	-Baixos salários -Desrespeito aos direitos	-Falta de registros dos volantes -Mudança constante de patrão	-Baixos salários	-Baixos salários -Acordos dos dissídios ficam aquém
Lutas atuais e dos 5 anos	-Melhores salários -Terra -Aposentados -Pequenos prod. (preços)	-Melhores salários -aposentadoria -Assist. médica -Assist. téc. aos peq. produtores -Conscientização -Alternativas de cultura	89 greve dos canavieiros 92 convênio médico e odontológico -Aposentadoria	-Melhores salários -Na associação que melhora a vida de quem participa
Que lutas priorizar	-Luta pela terra	-Melhores salários -Registro -Por pagamentos dos direitos trabalhistas e previdenciários	-Comercialização dos produtos dos pequenos proprietários	-Busca da lavoura permanente para a região
Dificuldades para as lutas	-Recursos financeiros	-Falta fiscalização do Minist. do Trabalho e Previdência	-Falta de conhecimento, Estado devia promover	-Na associação tem agrônomo que ajuda

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 1 - Estrutura e Organização dos STRs da Nova Alta Paulista, 1994

Estrutura	(conclusão)			
	Junqueirópolis	Oriente	Vera Cruz	Garça
Base (n. mun.)	1	1	1	4
Data da fundação	1963	1963	1963	1963
N. gestões da diretoria	6	3	9	1
Organizações (delegacias, comissões e secretarias)	não há	não há	não há	3 delegacias
N. sindicalizados	7000	100	5107	+ de 3000
N. sindicalizados em dia	500	100	508	1000
Estrutura	-Sede própria -Consultórios	-Sede alugada -Consultório (odont.)	-Consultórios -Sede própria	-Consultórios -Sede alugada
Assistência	-Médica -Odontológica -Jurídica	-Odontológica	-Jurídica -Consultórios fechados	-Médica -Odontológica -Jurídica
Despesas -Adm. -Org.	85% 15%	90% 10%	60% 20%	95% 5%
Predomina entre os sindicalizados	P. prod. Bóia-fria Emp. perm.	Emp. perm. - -	Emp. perm. Bóia-fria Parc./arren.	Emp. perm. Bóia-fria -
Predomina na base	Bóia-fria Peq. prod. Parc./meeiro	Emp. perm. Peq. prod. Bóia-fria	Emp. perm. Boia fria Parc./meeiro	Emp. perm. Bóia-fria Peq. prod.
Predomina na direção do STR	Peq. prod. Parc./meeiro -	Emp. perm. Boia fria -	Emp. perm. Bóia-fria -	Emp. perm. (todos) -
Maior atuação	Todos igualmente	Emp. perm. - -	Bóia-fria Emp. perm. Parc./meeiro	Emp. perm. Bóia-fria -
Opção de atuação	-	Única categoria de sindicalizados	Porque dependem só do salário	Categorias que mais necessitam do STR
Problemas dos pequenos proprietários	-Falta financiamento -Preço baixo dos produtos agrícolas	-Não tem contato, estão no SR	-Falta financiamento -Preço baixo dos produtos agrícolas	Estão no SR
Problemas dos assalariados	-Falta de trabalho na entressafra -Dissídio na lavoura branca	-Trabalhistas -Baixos salários -Demissões	-Emp. perm. Falta moradia, locomoção e baixos salários -Bóia-fria, falta emprego na entre safra e baixo salário	-Falta de registro dos volantes -Ass. tem salário fixo
Lutas atuais e dos 5 anos	-Dissídio -Trabalho junto a associação	-Previdência -Dissídio	-Salário -Condições de vida -Divulgação da legislação -Atividades culturais e esportivas	-Direitos trabalhistas -Fiscalização de registros -Habitação, água
Que lutas priorizar	-Por financiamento -Eliminar intermediário	-Dissídios -STR não pode mais recorrer	-Por melhores salários	-Pelo registro do volante (café)
Dificuldades para as lutas	-Falta interesse das autoridades	-Financeira -Falta func. -Falta sindicalizados, com fim da usina	-Crise na agricultura	-Falta fiscal do Ministério do Trabalho

Fonte: Dados da pesquisa.

No STR de Garça, quatro diretores são liberados para o trabalho sindical, sendo um de cada município que compõe a base, possibilitando acompanhamento dos caminhões de assalariados e visitas a roças. Nos STRs de Junqueirópolis, Tupi Paulista e Dracena há dois membros da direção liberados para trabalhar no sindicato, havendo porém diferenciação na forma de condução e envolvimento destes na rotina diária dos filiados e da burocracia sindical. Nos outros STRs, com exceção do de Vera Cruz, onde nem o presidente é liberado, pois divide seu tempo de trabalho entre o sindicato e as atividades de empregado permanente em uma propriedade, apenas o presidente dos STRs são liberados, acumulando e centralizando as decisões, uma vez que as reuniões de diretoria ocorrem com pouca frequência.

A direção dos STRs é composta por doze membros, três diretores, sendo um Presidente, um Tesoureiro e um Secretário, três Suplentes de Direção, três membros do Conselho Fiscal e três Suplentes do Conselho Fiscal.

O STR de Garça tem uma delegacia sindical por município, onde um dos diretores é responsável por encaminhar os trabalhos necessários (burocráticos e de divulgação/organização); o de Tupã tem delegacias sindicais organizadas, cujos trabalhos burocráticos são efetuados através de convênios com as prefeituras dos municípios que cedem sala e funcionário que ficam a serviço do STR. O STR de Dracena apesar de sua extensão territorial tem apenas uma delegacia sindical. Esta estrutura pode ser considerada insuficiente no caso da realização de trabalho organizativo.

Todos os STRs da região são ligados à FETAESP e à CONTAG. Apenas o STR de Tupi Paulista é também filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa filiação à CUT confere a este uma diferenciação na forma de organizar os trabalhos, havendo Comissões específicas para tratar de questões pertinentes às categorias de assalariados e pequeno produtor. Há um projeto de transformar essas Comissões em Secretarias do STR.

A análise da estrutura física e assistencial oferecida pelos STRs da região, assim como a preocupação em oferecer assistência, e a sua qualidade permitem diagnosticar a importância do papel que os serviços assistenciais representam. Para os dirigentes, esta é uma forma de garantir a filiação dos trabalhadores e até de aumentar o quadro de filiados. Os sindicatos que possuem os

consultórios prestam os serviços de forma diferenciada (via SUDS, contrato de médicos e dentistas pelo sindicato ou convênio com prefeitura - em Tupã e Vera Cruz os consultórios estão desativados). As maiores instalações físicas são na ordem de seqüência as dos STRs de Dracena, Junqueirópolis, Tupã e Vera Cruz.

Outros fatores importantes para analisar o nível de organização de trabalhos dos STRs e suas respectivas estruturas são: as fontes de recursos disponíveis e as formas de distribuição dos gastos de cada sindicato. Considerando o pequeno número de filiados dos sindicatos, a distribuição das despesas entre as atividades administrativas e organizativas explica um maior gasto com a administração, uma vez que esses permitem manter a estrutura montada. Já uma análise das principais fontes de recursos dos STRs se apresenta como um dos fatores que justificam uma preocupação menor com os trabalhos organizativos e o pouco envolvimento da maioria dos STRs da região de forma mais direta com as várias categorias que representa.

A maioria dos STR apontaram como principal fonte de recursos a contribuição mensal dos filiados, porém o montante geral é formado basicamente por outras contribuições como a contribuição confederativa, imposto sindical e contribuição assistencial, o que garante aos sindicatos a sobrevivência, mesmo nos casos de baixo número de filiados e de pouca representatividade em termos organizativos e/ou reivindicatórios.

Em uma realidade de pouca mobilização e organização das bases é a qualidade da assistência que prevalece como indicador da qualidade dos serviços dos STRs como um todo. Assim, os sindicatos deixam sua função principal de organizar e reivindicar soluções adequadas aos problemas das várias categorias que representa para cumprir outra imposta pela estrutura determinada legalmente.

Quanto às relações com outras instituições e estrutura de apoio as quais os STRs recorrem, apenas os STRs de Parapuã, Dracena e Junqueirópolis apontaram uma relação direta com a prefeitura dos respectivos municípios. Em Parapuã, a sede ocupa prédio da Prefeitura Municipal. Em Junqueirópolis, o ambulatório que funciona no sindicato é mantido pela Prefeitura. Em Dracena, o STR cede salas à Prefeitura para funcionamento de ambulatório médico.

6 - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

O número de filiados aos STRs varia bastante na região, havendo discrepância entre o número de sindicalizados e aqueles que pagam mensalmente a contribuição ao sindicato.

A forma de atuação dos STRs, a pouca inserção destes nos problemas diários das categorias que representam e a carência de recursos para modificar a dinâmica do trabalho, em alguns casos, podem ser apontadas como fatores responsáveis pela baixa participação dos sindicalizados em termos da contribuição efetiva (pagamento de mensalidade e comparecimento em assembléias).

A contribuição mensal efetuada por 100% dos sindicalizados no município de Oriente é explicada pelo fato de todos os filiados serem empregados permanentes de uma usina que está sendo fechada. Não há outras categorias neste STR onde se busca garantir os direitos trabalhistas quando ocorrer fechamento total da usina.

Nos outros STRs, os dados apontam para uma participação em termos de pagamento de mensalidade de 81% em Tupã (onde praticamente apenas bóias-frias são sindicalizados); 33% em Garça; 32% em Dracena; 24% em Tupi Paulista; 14% em Vera Cruz e 7% em Junqueirópolis.

São considerados como sindicalizados pelos STRs todos os trabalhadores rurais que tenham se filiado e contribuído apenas uma vez. Estão incluídos também aí pequenos produtores que posteriormente tenham se filiado ao Sindicato Rural (SR); os aposentados e, em alguns casos, pessoas que já não residem mais no município ou faleceram. Os sindicatos não têm estimativas do tamanho real da base - número de pessoas que pertencem às categorias enquadradas no STR.

Devido a esses fatores, o dado mais representativo para definir os trabalhadores que estão efetivamente mais ligados ao STRs é aquele que faz contribuição mensal. Estes perfazem um total de 6.178 sindicalizados nos vinte e quatro municípios que a amostra engloba. Considerando-se que representam mais de 50% da área da Nova Alta Paulista e que alguns dos STRs só possuem filiados em uma categoria, constatou-se, então, o baixo nível de organização dos STRs em termos de mobilização.

Quanto ao predomínio das categorias de trabalhadores (pequenos produtores, assalariados

permanentes ou volantes, arrendatários, parceiros e meeiros) em cada STR, as informações apontam para o fato de que as categorias mais representativas na base territorial também o são nos STRs. A ausência ou menor participação da categoria de pequenos produtores nos STRs de Parapuã, Tupã Oriente e Garça se explica por uma questão que se coloca ao sindicalismo de trabalhadores rurais de forma ampla, ou seja, o conflito entre as categorias que o STR abrange (no caso de pequenos produtores que assalariam) e ainda com o poder organizativo dos sindicatos patronais para as questões relativas à política agrícola (financiamentos e preços). Mas como os interesses dos pequenos produtores diferem das preocupações das empresas rurais e de grandes fazendeiros, a forma de o STR trabalhar as questões específicas da categoria pode mostrar um quadro diferente, como em Junqueirópolis, onde predominam entre os sindicalizados os pequenos produtores (que não representam a maior categoria da base sindical). O STR de Junqueirópolis foi responsável pela organização de uma Associação de Pequenos Produtores no município, sendo membros da diretoria do STR também diretores da associação, que têm realizado compras de insumos, venda da produção em grupo e, ainda, têm trabalhado na introdução de novas alternativas de cultura para os pequenos produtores (basicamente fruticultura com diversificação).

Apenas nos STRs de Tupã e Oriente obteve-se informação de que, praticamente, o total dos sindicalizados pertencem a apenas uma categoria, a que predomina na base sindical, a de trabalhador volantes (bóias-frias) e empregados permanentes respectivamente. No STR de Tupã, a opção de centralizar os trabalhos nessa categoria ocorreu pelo fato desta ser muito mais numerosa na base e apresentar mais interesse em buscar o STR.

O predomínio de uma ou outra categoria na direção do STR é outro fator também responsável pelo maior ou menor envolvimento desse com cada categoria, ou seja, o desenvolvimento de trabalhos específicos na busca de soluções para os problemas que se apresentem. Na região, este quadro se revela na maior atuação dos sindicatos junto às categorias de assalariados, mesmo porque, além de serem categorias predominantes na base sindical e entre os sindicalizados, as questões previdenciárias, de direitos trabalhistas e os dissídios envolvem necessariamente o STR (Tabela 1).

No processo de apreensão da forma de

organização dos STRs, frente aos problemas colocados pela realidade, pôde-se fazer um diagnóstico da visão que esses têm dos problemas da região quando discutidas as questões que, segundo os sindicatos, afetam cada categoria de trabalhador rural.

Os problemas enfrentados pela categoria de pequeno produtor apontados pelos STRs são: baixos preços alcançados na comercialização da produção, dificuldade em obter financiamentos, falta de uma política agrícola voltada para os pequenos produtores e alto preço dos insumos. Outros, mais especificamente ligados à realidade da Nova Alta Paulista, é a falta de orientação quanto à necessidade de diversificar a produção, falta de técnicos (agrônomos) para trabalhar com os pequenos produtores e, finalmente, o fato de o trabalho (experiências e lutas) que envolve os pequenos produtores se dar de forma isolada, dificultando a superação da situação atual.

Para a categoria de assalariados, os problemas apontados são: os baixos salários, tanto dos empregados permanentes como os dos bóias-frias (volantes), cujos dissídios não conseguem resolver, e o desrespeito aos direitos trabalhistas, no caso dos bóias-frias mais freqüentemente, somado ainda a falta de registro profissional; entre os volantes pesa ainda a falta de trabalho no período de entressafra e as mudanças constantes de trabalho, além das questões como moradia e locomoção que afetam de forma diferenciada, tanto assalariados permanentes quanto volantes.

A importância das questões referentes aos trabalhadores volantes ganha peso na região à medida que grande parte destes trabalhadores eram, até há pouco tempo atrás, parceiros de café. O sistema de parceria, geralmente adotado nas lavouras de café e algodão, é bastante sensível aos efeitos causados pelo comportamento adverso destes produtos no mercado.

É a composição agrícola, no tempo e espaço, que configura o quadro potencial e referencial de quantidade e categoria de mão-de-obra necessárias ao trabalho agrícola, como o café era responsável por grande parte do emprego rural na região, esta nova conjuntura veio afetar de forma direta as categorias de assalariados e parceiros na Nova Alta Paulista.

Os dados IEA/CATI sobre a participação das categorias e os valores dos salários rurais dos

trabalhadores nas DIRAs de Marília e Presidente Prudente, que englobam a região da Nova Alta Paulista, vêm corroborar os depoimentos dos STRs, na época do levantamento de campo.

Verifica-se que parte daqueles que deixaram o meio rural o fazem apenas em termos de residência, permanecendo, contudo, na atividade agrícola (Tabela 2). Para uma redução no emprego de mão-de-obra residente nos imóveis rurais houve em contrapartida um acréscimo na DIRA de Marília de 95,78% e na de Presidente Prudente de 117,13% no emprego de proprietários e outros não residentes, comparando os anos de 1985 e 1993, exceto aqueles denominados volantes.

O trabalho das categorias de residente organiza-se conjugando o emprego permanente de certos contingentes e o emprego sazonal ou temporário de outros. A articulação entre trabalho permanente e trabalho temporário dos bóias-frias, e mesmo de outras categorias, garante o suprimento de mão-de-obra no campo (VEIGA et al., 1995).

Quanto à análise salarial, enquanto um dos maiores problemas apontados pelos STRs e que reflete o padrão de vida dos trabalhadores rurais, bem como, o próprio nível de organização do setor, nessas DIRAs, o que se observa é uma perda real para todas as categorias. A explicação para o fato está intimamente relacionado com a época em estudo na qual se configurou com o aumento do desemprego de forma geral, provocando uma oferta maior de trabalhadores em um mercado sem capacidade de absorvê-los. Juntamente a este fato houve um arrocho salarial, numa conjuntura de elevados índices inflacionários. Pode-se observar também, na categoria de volantes, uma maior remuneração em relação à de diarista a seco. Remuneração mensal, muitas vezes, inferior a um salário mínimo (Tabelas 3 e 4).

Os dados mostram que as categorias que recebem salários mensais apresentam amplitude de variação muito grande entre o maior e o menor valor tanto nas DIRAs quanto para o Estado. Como por exemplo o caso dos salários mensais recebidos pelos administradores que teve como mínimo CR\$20.000,00 e por máximo CR\$50.000,00 para a DIRA de Marília e CR\$70.000,00 para a DIRA de Presidente Prudente (Tabela 5). Tais resultados enfatizam uma heterogeneidade dentro da categoria no que se

TABELA 2 - Número de Trabalhadores Volantes, Residente e Não Residente nas DIRAs de Marília, Presidente Prudente e para o Estado de São Paulo, Abril de 1975, 1985 e 1993

Abril	Categoria	Marília	%	Presidente Prudente	%	Total Estado
1975	Volante	29.823	8,92	20.302	6,08	334.162
	Residente	90.055	9,91	118.410	13,03	908.535
	Não residente
1985 ¹	Volante	46.683	13,01	27.814	7,75	358.865
	Residente	65.044	7,71	75.622	8,96	844.161
	Não residente	13.033	6,37	9.850	4,82	204.518
1993	Volante	20.385	7,84	18.392	7,08	259.936
	Residente	42.648	6,43	49.576	7,47	663.649
	Não residente	25.516	7,47	21.388	6,26	341.717

¹ Levantamento em junho/1985, pois não foi feito o de abril/1985.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Salários Rurais, Volante, Estado de São Paulo, Novembro de 1993
(CR\$/dia)

DIRA	Valor menor	Valor maior	Valor médio	Moda	Mediana
Presidente Prudente	450,00	1.000,00	612,33	600,00	600,00
Marília	430,00	1.500,00	730,68	700,00	700,00
Estado	400,00	3.000,00	815,03	700,00	750,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Salários Rurais, Diarista a Seco, Estado de São Paulo, Novembro de 1993
(CR\$/dia)

DIRA	Valor menor	Valor maior	Valor médio	Moda	Mediana
Presidente Prudente	350,00	1.200,00	537,05	500,00	500,00
Marília	500,00	1.300,00	625,26	600,00	600,00
Estado	350,00	2.300,00	669,17	600,00	600,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 5 - Salários Rurais, Administrador, Estado de São Paulo, Novembro de 1993
(CR\$/mês)

DIRA	Valor menor	Valor maior	Valor médio	Moda	Mediana
Presidente Prudente	20.000,00	70.000,00	37.224,47	30.000,00	33.500,00
Marília	20.000,00	50.000,00	36.097,55	35.000,00	35.000,00
Estado	16.725,27	18.000,00	42.231,10	30.000,00	37.805,18

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

refere a qualificação e as responsabilidades atribuídas a esses trabalhadores em função do tamanho da propriedade, do grau de tecnificação das explorações agrícolas e das eficiência empresarial. No entanto, o valor modal foi calculado em dois salários mínimos. Vale ressaltar que o valor do salário mínimo vigente no referido mês em que foi efetuado o levantamento era de

CR\$15.021,00.

As categorias de tratorista (residente) e de capataz apresentam características semelhantes quanto ao valor médio de seus rendimentos mensais, o valor inferior ao do Estado, ou seja, menos de dois salários mínimos (Tabelas 6 e 7). Quanto ao mensalista (residente), os valores demonstram que essa categoria recebia,

praticamente, o salário mínimo (Tabela 8).

Esses informes retratam com clareza a baixa qualidade de vida dessas categorias nas DIRAs, onde se localiza a região Nova Alta Paulista, pois permitem verificar que na composição dos salários rurais médios para o Estado de São Paulo, as DIRAs que englobam a região em estudo participam com os valores médios menores.

Além desses dados e das informações quanto às lutas que vêm sendo efetuadas pelos STRs da região, bem como a disposição de priorizar uma ou outra, ajudam a precisar o panorama montado sobre os STRs, enfocando também a atuação efetiva destes.

As lutas efetuadas pelos STRs da Nova Alta Paulista mostram a prioridade de trabalho com os assalariados e se referem além das reivindicações por melhores salários, a registro de trabalho, pagamento dos direitos trabalhistas e previdenciários, melhores condi-

ções de habitação e abastecimento de água (nos casos de empregados residentes). Na região, apenas o STR de Tupã já teve experiência participando de movimento de greve, envolvendo trabalhadores volantes (canavieiros) em 1989.

Os STRs de Dracena e Junqueirópolis atuam fundamentalmente junto aos pequenos produtores. Nesses sindicatos as questões relativas à essa categoria têm sido trabalhadas em conjunto com as Associações de Pequenos Produtores dos respectivos municípios, sendo prioridade, então, as lutas por financiamento aos pequenos produtores, pela eliminação dos intermediários e a discussão de uma política que considere as especificidades dessa categoria. Nesse contexto é que se coloca a busca de uma alternativa agrícola para a região, ou seja, a preocupação com o estabelecimento de uma cultura permanente, que permita a criação de empregos e a queda do êxodo rural crescente na região com a diminuição da área plantada com café. No caso do STR de Tupã, o estabelecimento de prioridade de atuação com os pequenos produtores pode ser compreendido como uma estratégia para atrair pequenos produtores a

TABELA 6 - Salários Rurais, Tratorista (Residente), Estado de São Paulo, Novembro de 1993
(CR\$/mês)

DIRA	Valor menor	Valor maior	Valor médio	Moda	Mediana
Presidente Prudente	15.000,00	48.000,00	23.444,49	30.000,00	22.500,00
Marília	20.000,00	31.544,10	23.710,20	25.000,00	23.000,00
Estado	12.000,00	57.219,37	25.155,58	30.000,00	24.973,76

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Salários Rurais, Capataz, Estado de São Paulo, Novembro de 1993
(CR\$/mês)

DIRA	Valor menor	Valor maior	Valor médio	Moda	Mediana
Presidente Prudente	15.000,00	45.000,00	26.743,28	20.000,00	25.000,00
Marília	18.000,00	37.830,00	24.832,76	25.000,00	25.000,00
Estado	15.000,00	100.000,00	29.270,94	30.000,00	25.000,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 8 - Salários Rurais, Mensalista (Residente), Estado de São Paulo, Novembro de 1993
(CR\$/mês)

DIRA	Valor menor	Valor maior	Valor médio	Moda	Mediana
Presidente Prudente	12.000,00	22.531,50	16.719,46	15.000,00	16.000,00
Marília	15.000,00	20.000,00	16.944,35	18.000,00	16.761,50
Estado	10.000,00	57.714,00	18.659,23	15.000,00	17.274,15

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

participar do sindicato, uma vez que o quadro de filiados atualmente só conta com a participação de trabalhadores volantes.

Os STRs da região apontaram ainda como grande a demanda de serviços ligados a pedidos de contagem de tempo para aposentadoria por parte dos trabalhadores rurais assalariados e ex-pequenos proprietários que saíram da região em busca de emprego, geralmente se dirigindo para os municípios de Americana e Campinas. Esta realidade é a justificativa da ênfase dada à busca de alternativas agrícolas para a região, que mesmo não sendo prioridade de ação em todos os STRs, perpassa o discurso e a forma de trabalho dessas instituições na Nova Alta Paulista.

O STR de Tupi Paulista é o único da região que tem a luta pela terra entre suas atividades e questão prioritária segundo seus dirigentes.

Há na região um acampamento de trabalhadores rurais "sem terra" localizado no município de São João do Pau d'Alho, que em setembro de 1994 completou um ano e que reivindicava a execução da Reforma Agrária. Esse grupo busca ocupar uma fazenda, estando acampados à beira da estrada que a margeia.

O STR de Tupi Paulista tem apoiado este grupo, que é formado por várias famílias oriundas de Tupi Paulista e municípios vizinhos. Apesar de o município, onde se localiza o acampamento, ser base territorial do STR de Dracena, esse não desenvolve nenhum tipo de atuação, ou mesmo acompanhamento das atividades dos acampados.

A crise da agricultura de uma forma geral e na região especificamente é apontada como fator que dificulta a atuação dos STRs, na perspectiva dos pequenos produtores e ainda nas questões referentes aos assalariados, pois tem havido queda na oferta de empregos.

Assim, de acordo com o levantamento de campo, os STRs que atuam fundamentalmente junto aos pequenos produtores são os de Dracena e Junqueirópolis. Os STRs de Tupã, Oriente, Vera Cruz e Garça têm seus trabalhos voltados basicamente para os assalariados e os STRs de Tupi Paulista e Parapuã apesar de priorizar um tipo de atuação, desenvolvem trabalhos mais extensos com mais de uma categoria.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No quadro atual de diferenciação regional estruturado pelo processo de modernização

da agricultura, as conseqüentes mudanças nas relações de trabalho foram responsáveis pelo crescimento do emprego de trabalhadores não residentes, assalariados e volantes. A modernização da agricultura como um todo, e dentro dela o aumento da mecanização, provocou também a expulsão de trabalhadores das propriedades e a redução da quantidade de terras ocupadas por parceiros, posseiros e pequenos produtores. Na Nova Alta Paulista, a crise evidenciada pela queda na área ocupada pelo café, produto importante na região, foi um dos agravantes deste quadro.

Se o movimento sindical rural, de uma forma mais ampla, organizou-se na luta pelo cumprimento da legislação trabalhista efetivando conquistas e também apoiando movimentos como o da Reforma Agrária, na região estudada o grau de envolvimento dos STRs nessas lutas só ocorreu em momentos específicos e de maneira isolada.

A forma de atuação dos sindicatos se mostrou bastante ligada às normas estabelecidas pelo Estado, sem apresentar um envolvimento mais efetivo com projetos relacionados às demandas das bases. Mesmo as alterações ocorridas na produção agrícola, responsável pelo agravamento da crise regional, não se refletiu na configuração de uma nova forma de atuação. Apesar de esse problema se apresentar como uma das questões mais importantes e que reflete as demandas das várias categorias, a sua complexidade fez com que os STRs se mantivessem efetuando apenas os trabalhos rotineiros, pois não há organização e estrutura suficientes para buscar a solução dessas questões.

Apenas esforços isolados foram observados, como no STR de Junqueirópolis, que, por meio da Associação de Pequenos Produtores, tem atuado diretamente no sentido de buscar alternativas agrícolas, e o STR de Tupi Paulista que, além de montar uma estrutura interna diferenciada para trabalhar os problemas que se colocam para cada categoria, ainda se envolveu de forma efetiva na luta pela terra.

De forma geral, ficou caracterizado o presidencialismo dos dirigentes sindicais e uma estrutura verticalizada, voltada fundamentalmente para atividades assistencialistas. Vale salientar que, uma vez garantida a sobrevivência da estrutura sindical através dos recursos oriundos de fontes governamentais, o envolvimento em trabalhos com a base fica relegado à iniciativa e

grau de envolvimento pessoal dos membros da direção de cada STR.

A atual estrutura imposta aos STRs se apresenta, então, como um entrave aos trabalhos de aspectos organizativos, reivindicatórios e de mobilização dos trabalhadores rurais. Isso ocorre, em parte, devido ao grande acúmulo de funções burocráticas e assistencialistas que são atribuídas a essas instituições.

Nesse contexto, espera-se que a organização dos trabalhadores rurais deva representar um projeto político construído de baixo para cima, e que a composição dos sindicatos seja capaz de abarcar as especificidades regionais, tal como a realidade está forjando, ou seja, os sindicatos que agregam somente assalariados, ou sindicatos de pequenos produtores, entre outros. O caminho de construção do novo sindicalismo deverá seguir os passos ditados pelos

movimentos sociais organizados, pois esses já vêm impondo um ritmo de trabalho. Mesmo nesse estudo regional, pode-se apreender a influência dos STRs mais mobilizados na definição dos avanços que devam ser obtidos, como no caso das metas que se colocam para as negociações dos dissídios coletivos.

Somente um trabalho junto aos STRs pode permitir apreender a realidade do grau de organização das categorias de trabalhadores rurais, que nos mostra os reflexos da desigualdade regional e de organização desses.

Através do estudo dessas instituições em uma região que apresenta problemas de desenvolvimento, ficaram expostas as fragilidades, as metas, as formas de organização e a atuação dos STRs. Assim, pôde-se dimensionar o importante papel que o desempenho dos STRs pode ter no atual contexto econômico, consideradas as questões específicas que atingem a Nova Alta Paulista.

LITERATURA CITADA

ALVES, Francisco J. da C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas: UNICAMP/IE, 1991. 347p. Tese de Doutorado.

BASTOS, Elide R. O sindicalismo no campo no Brasil: os direitos trabalhistas e os conflitos de terra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 21. Brasília, 25-28 jul. 1983. **Anais ...** Brasília: SOBER, 1993. p.93-114.

CENSO AGROPECUÁRIO: São Paulo - 1975, 1980 e 1985. Rio de Janeiro: FIBGE, 1985.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO. Dracena, s.N.t, S.d. pg. irreg.

MALAGODI, Edgard. Policlassismo e assistencialismo na estrutura sindical dos trabalhadores rurais. In: ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS, 13. Rio de Janeiro, 6-9 jun. 1988. **Anais...** Botucatu: UNESP/FCA, 1989. p.1213-1239.

MINAS GERAIS. Secretaria Rural da Central Única dos Trabalhadores. **A história do movimento sindical dos trabalhadores rurais (1955-1987)**. Minas Gerais, 1987. 14p.

PANZUTTI, Nilce da Penha M. **Mulheres na produção familiar do algodão em Leme, SP (1960-90)**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992. 124p. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, João G. L. C. Estado, sindicatos e as transformações tecnológicas na agricultura brasileira. **Temas Rurais**, Recife, v.2, n.5, p.43-55, set./dez. 1989.

VEGRO, Celso L. R. e CARVALHO, Flavio C. de. Estrutura agroindustrial da região de Marília, estado de São Paulo, 1989-1993. **Informações Econômicas**, SP, v.25, n.9, p.75-82, set. 1995.

VEIGA, José E. R. et al. Panorama do emprego e dos salários na agricultura do Estado de São Paulo, 1991-94. **Informações Econômicas**, SP, v.25, n.5, p.37-48, maio 1995.

VICENTE, Maria Carlota M. et al. Aspectos sobre a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais paulistas. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.40, tomo 2, p. 181-205, 1993.

O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NA REGIÃO DE NOVA ALTA PAULISTA

SINOPSE: O artigo analisa as transformações que a modernização agrícola promove na estrutura produtiva e sindical da sociedade brasileira, realizando um diagnóstico dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) da região da Nova Alta Paulista a partir de suas estruturas, projetos e programas de trabalho. Para tanto, expõe um panorama das transformações ocorridas na agricultura e no sindicalismo rural em geral e aspectos sócio-econômicos que conferem especificidade à atuação sindical local. Os resultados da pesquisa demonstram que na região da Nova Alta Paulista o quadro excludente da modernização agrícola reduziu a quantidade de terras ocupadas por pequenos produtores, parceiros e posseiros, tendo-se agravado ainda mais pela crise do café. A atuação dos sindicatos revelou-se predominantemente assistencialista, apoiando de forma isolada e intermitente a luta pela Reforma Agrária.

Palavras-chave: sindicalismo de trabalhadores rurais, estrutura sindical, modernização agrícola.

FARM WORKERS' UNIONISM IN THE REGION OF NOVA ALTA PAULISTA (SP)

ABSTRACT: This article analyzes the effects of agricultural modernization on the Brazilian productive and union structures, giving a diagnosis of the Farm Hand Unions of Nova Alta Paulista (SP), based on their structures, projects and work programs. In order to do this, the modifications that have taken place in farm agriculture and unionism in general are exposed, together with the social-economic aspects that ascribe a specific character to the local union performance. Results show that in Nova Alta Paulista the excluding picture of agricultural modernization has reduced the land accessed by small farmers, partnerships and leaseholders, a situation that was aggravated by the coffee crisis. The unions' actions have proven to be those of attendance, eminently, providing an isolated and intermittent support to the Agrarian Reform struggle.

Key-words: farm hand union, union structure, agricultural modernization.

Recebido em 05/06/96. Liberado para publicação em 14/06/96.